



Território Federal do Amapá

DIÁRIO OFICIAL

Decreto n.º 1, de 24 de Junho de 1964

Ano VII. Números 1.505 e 1.506

Macapá, 4a. e 5a.-feiras, 19 e 20 de abril de 1972

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Companhia de Eletricidade do Amapá — CEA —

RELATÓRIO DA DIRETORIA

— Exercício de 1971 —

Senhores acionistas:

Em conformidade com os preceitos legais e estatutários, temos a honra de submeter à alta consideração da Assembléia Geral de Acionistas, com o presente Relatório sobre as atividades da Empresa no decorrer do ano de 1971, as contas da nossa administração, espelhadas no Balanço Geral e respectiva Demonstração de Lucros e Perdas, acompanhados das «Notas Explicativas» e dos pareceres de nossos auditores independentes e do Conselho Fiscal.

1 — Considerações Gerais

— O exercício social que findou em 31 de dezembro de 1971 caracterizou-se por uma intensa atividade em todos os setores da Companhia. Foi mantido, e mesmo acrescido por parte de algumas fontes, o fluxo de recursos provenientes do Imposto Único sobre Energia Elétrica, das verbas orçamentárias recebidas pelo Governo do Território e destinadas ao setor de energia elétrica e dos empréstimos e financiamentos concedidos pela ELETROBRÁS, permitindo-nos uma expansão, recuperação e manutenção nas áreas da geração, transmissão e distribuição.

— As realizações do Governo do Território em todos os setores da administração, particularmente nas metas fixadas para a educação, saúde, saneamento e urbanização, abrangendo os cinco municípios, sobretudo a capital Macapá, obrigou-nos a um esforço substancialmente aumentado em relação ao ano anterior, visando a acompanhar, com o fornecimento de energia elétrica, o desenvolvimento do Território no atendimento às novas construções, além do trabalho intensivo da substituição paulatina de uma antiga e precária rede de distribuição, incluindo sua expansão e projetando, para execução em 1972, as primeiras linhas de transmissão de eletrificação rural.

— Foi um ano também auspicioso quanto a perspectiva de uma solução definitiva para a geração de energia no Território. Em agosto foram retomadas, em ritmo intenso, as obras civis da hidrelétrica «Coaracy Nunes» (Paredão), que estiveram praticamente paralizadas durante quase cinco anos, por falta de recursos financeiros. Hoje, essa obra vital para o desenvolvimento do Território, encontra-se com o cronograma em dia, executado plenamente em todas as áreas componentes do complexo e com alguns estágios até ultrapassados. Caso não falhem os recursos financeiros já equacionados, a previsão da entrada em operação das duas unidades será para dezembro de 1974. Então, em cerca de mais de três anos, essa hidrelétrica, obra capital na infra-estrutura do progresso do Território, porá fim aos custos operacionais altamente onerosos de manutenção e geração provenientes de uma usina termelétrica, inclusive baixando o preço da venda de energia. Serão 40.000 KW que irão proporcionar ao Território um desenvolvimento compatível com a riqueza do seu solo, suas possibilidades econômicas e justas aspirações do seu operoso povo. Mas até lá, teremos uma posição de espera a exigir um trabalho consciencioso, racionalizado e infatigável de Diretores e empregados. Será um desafio à capacidade administrativa e técnica de toda a equipe da Empresa, obrigada a manutenção e recuperação de sete unidades diesel, sendo cinco com mais de dez anos de constante uso, de modelos, potências e origens diversas, todas dependendo de material importado.

— Ao fim deste ano de atividades já poderemos vislumbrar a integração na Companhia de Eletricidade do Amapá dos cinco municípios componentes do Território, pois que a Empresa passou a atuar, não somente na capital Macapá, mas também nos demais municípios. Encontram-se hoje os quatro municípios do interior, atendidos em energia elétrica, com os treze geradores fornecidos no ano anterior, em franca operação. Recebem esses municípios, da Companhia, apenas regular assistência técnica e o fornecimento de algum material especializado, por não estar a Empresa ainda estruturada para operar essas máquinas do interior, que em caráter temporário se encontram sob a responsabilidade das respectivas Prefeituras.

— Após esta introdução, relataremos adiante, em títulos próprios, algumas das atividades da Companhia que merecem destaque para conhecimento dos seus acionistas.

2. Aspectos administrativos

— Os serviços administrativos da Companhia continuaram em 1971 a merecer a máxima dedicação da Diretoria, que procurou desenvolver a racionalização de suas múltiplas atividades, visando a alcançar os melhores índices de rendimento nos diferentes setores de funcionamento da Empresa.

a) — Diretoria

— Apesar das disposições estatutárias fixarem em três os membros da Diretoria, desde abril de 1969 que ela vem se compondo ora de dois, ora de um membro (Diretor Presidente).

— No corrente exercício, o Diretor Administrativo renunciou em 1º de março, ficando no desempenho dos três cargos o diretor Presidente, até 1º de setembro, quando tomou posse o novo Diretor Administrativo, ad-referendum da Assembléia Geral Extraordinária de 1º de outubro, que o elegeu. Em 31 de dezembro, a Companhia tinha em sua Diretoria, o Presidente, há quatro anos na Empresa e dois e meio na Presidência, acumulando com a Diretoria Técnica, e o Diretor Administrativo.

— Já no final do exercício, no mês de dezembro, foi possível a contratação de um Engenheiro Eletricista, recém-formado, para Chefe de Operações. Há cerca de seis anos vinha a Companhia se ressentindo da falta de um engenheiro eletricista, dadas as dificuldades de se encontrar um profissional dessa especialidade que aceitasse a remuneração compatível com os padrões salariais da Empresa e aqui desejasse trabalhar, enfrentando as dificuldades de vida nesta longínqua região amazônica.

b) — Empregados

— O efetivo foi mantido em uma média de 70 a 76 empregados, permanecendo a redução que se vinha operando desde 1969, quando se atropelavam nos diferentes setores da Companhia cerca de 150. Esta redução só foi possível realizá-la e mantê-la, adotando-se um aproveitamento mais racional do pessoal e distribuição quantitativa condizente com as necessidades reais dos diversos setores de atividades.

Considerando-se como excelente investimento a demissão do empregado incapaz, ineficiente e irresponsável, prossegue a política de pessoal com o aproveitamento dos de maior aptidão, tolerando-se as pequenas falhas profissionais dadas as condições regionais de difícil e escassa mão de obra especializada. Cerca de 80% dos empregados desempenha as atuais funções de que estão investidos, adquirindo as condições de trabalho na própria Companhia, pois pouquíssimas e raras exceções ingressaram com habilitações definidas. Hoje a CEA, embora a duras penas reúne um conjunto de empregados

As Repartições Públicas Territoriais deverão remeter o expediente destinado à publicação neste DIÁRIO OFICIAL diariamente, até às 13:30 horas, exceto aos sábados quando deverão fazê-lo até às 11:30 horas.

As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, à Seção de Redação, das 9 às 13:30 horas, no máximo até 72 horas após a saída dos órgãos oficiais.

Os originais deverão ser datilografados e autenticados, ressalvadas, por quem de direito, rasuras e emendas.

Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais as assinaturas poderão-se tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso prévio.

EXPEDIENTE

IMPRESA OFICIAL

DIRETOR

Carlos de Andrade Fontes

DIÁRIO OFICIAL

Impresso nas Oficinas da Imprensa Oficial
MACAPÁ — T. F. AMAPÁ

ASSINATURAS

| | |
|-------------------------|------------|
| Anual | Cr\$ 25,00 |
| Semestral | « 12,50 |
| Trimestral | « 6,25 |
| Número avulso | « 0,30 |

«BRASÍLIA — Este Diário Oficial é encontrado para leitura no Salão Nacional e Internacional da Imprensa, da COOPER PRESS, no «Brasília Imperial Hotel».

Para facilitar aos assinantes a verificação do prazo de validade de suas assinaturas, na parte superior do endereço vão impressos o número do talão de registro, o mês e o ano em que findará.

A fim de evitar solução de continuidade no recebimento dos jornais, devem os assinantes providenciar a respectiva renovação com antecedência mínima de trinta (30) dias.

As Repartições Públicas eíngir-se-ão às assinaturas anuais renovadas até 23 de fevereiro de cada ano e as iniciadas, em qualquer época pelos órgãos competentes.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos usem os interessados preferencialmente cheque ou vale postal.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que as solicitarem no ato da assinatura.

O funcionário público federal, terá um desconto de 10%. Para fazer jus a este desconto, deverá provar esta condição no ato da assinatura.

O custo de cada exemplar atrasado dos órgãos oficiais será, na verdade avulsa acrescida de Cr\$ 0,01 se do mesmo ano, e de Cr\$ 0,02 por ano decorrido.

que trabalha honesta e conscientemente, com aptidão no exercício das tarefas e responsabilidade no cumprimento da missão.

c) — Situação Econômico-Financeira

— O Balanço Geral e a "Demostroação da Conta de Lucros e Perdas", acompanhados das respectivas "Notas Explicativas", que adiante se transcrevem, denunciam realisticamente a situação econômico-financeira da Companhia. Terminaram os déficits que até 1968 e desde a fundação da Empresa chegaram a se acumular num total de Cr\$ 540.000,00. A Companhia vem apresentando lucros, embora modestos, desde o exercício de 1969, estando com todos os seus compromissos em dia, incluindo salários, recolhimento de IR, INPS, FGTS, QP e demais obrigações contratuais com a ELETROBRÁS, COPEL (aquisição de uma usina GM de 3.400 kw) e firmas construtoras e de assistência técnica. Há três anos, e pela primeira vez em 1969, os empregados vem participando dos lucros e obtendo anualmente aumentos salariais. Nenhuma fórmula nova foi inventada para obtenção desses resultados positivos. Existe apenas interesse e dedicação, responsabilidade e seriedade na administração e emprego dos dinheiros públicos, sem méritos a ressaltar visto que estão cumprindo um dever que à Diretoria é imposto pela confiança de quem indica os seus membros, o Governador do Território, e de quem os elege, os acionistas da Companhia.

d) — Aumento de Capital

- Capital em 31.12.1970 — Cr\$ 55.453.400,00
- Capital em 31.12.1971 — Cr\$ 100.000.000,00

— O aumento de capital foi autorizado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 1º de outubro de 1971 e 17 de dezembro de 1971, por subscrições do Governo do Território Federal do Amapá, Prefeitura Municipal de Macará, Banco da Amazônia S.A., LIGHT, ELETROBRÁS, ELETROSUL, CBEE, CFLP, COPEL e CPFL, num total de Cr\$ 44.546.600,00.

e) — Operação

— Área servida:

— A CEA fornece energia elétrica à cidade de Macapá, capital do Território, e dotou os municípios do interior de 13 unidades diesel, no ano anterior, cuja exploração se encontra provisoriamente entregue às Prefeituras locais.

— Número de consumidores:

- Existentes em 31-12-1970: 4.911
- Existentes em 31-12-1971: 5.234

— Geração de energia:

- Em 31.12.1970: 8.534.010 kwh
- Em 31.12.1971: 9.844.700 kwh

— Venda de energia:

- Em 31.12.1970: 6.941.414 kwh
- Em 31.12.1971: 8.965.823 kwh

— Iluminação pública:

- Em 31.12.1970: 60 luminárias (instaladas no ano)
- Em 31.12.1971: 88 luminárias (instaladas no ano)

— Rede de distribuição:

Em 1970

Primária:

- Extensão — 9.340 metros (executado no ano)
- Postes de concreto — 234 (implantados no ano)

Em 1971

Secundária:

- Extensão — 3.400 metros (executado no ano)

Em 1971

Primária:

- Extensão — 5.100 metros (executado no ano)
- Postes de concreto — 228 (implantados no ano)

Secundária:

- Extensão — 7.220 metros (executado no ano)
- Postes de concreto — 97 (implantados no ano)

Observação — Extensão total da rede de distribuição:

- Alta tensão — 28.780 metros;
- Baixa tensão — 85.100 metros.

f) Geração

Capacidade instalada em 31.12.1970:

— 3.600 kw

Capacidade instalada em 31.12.1971:

— 7.000 kw

— A usina em funcionamento no ano anterior era constituída de 3 máquinas MVM (totalizando 1.000 kw e tensão de 2.400 volts) e mais 2 máquinas Fairbanks Morse (totalizando 2.600 kw e tensão de 6.600 volts). As primeiras de fabricação alemã e as últimas americana, todas importadas, dificultando a manutenção e recuperação, e de tensões com voltagens diferentes, criando problemas a distribuição. Pelo exposto conclui-se o quanto era precária a geração de energia elétrica em Macapá, com constantes danos nos motores, acarretando seguidas e intermináveis interrupções no fornecimento. A aquisição no ano anterior de uma usina GM, da COPEL (Paraná), com 2 unidades totalizando 3.400 kw, e a entrada dessas máquinas em operação no corrente exercício, veio minorar a situação e impedir o colapso total no atendimento de energia elétrica à cidade de Macapá, pois as cinco máquinas restantes, pelos 12 anos de constante uso e dificuldades já apontadas, entraram em pane definitiva e se encontram atualmente em revisão, operando apenas as 2 unidades GM. Se as peças com providências de importação chegarem em tempo útil e o trabalho de desmontagem e montagem for rápido e eficaz, esperamos cotecar em operação, dentro de quatro meses, as outras cinco máquinas constituintes da usina termelétrica de Macapá.

g) Distribuição

— A rede, toda aérea, em estado precaríssimo, passou por uma recuperação que se vem operando progressi-

vamente na medida dos recursos financeiros recebidos. As primeiras medidas foram as da sua preparação para receber a tensão 13.200 volts das unidades GM. Transformadores, cabos, isoladores, chaves, etc, passaram por total revisão e sofreram as substituições necessárias ao recebimento da nova tensão.

— A rede aérea de distribuição, antes de se cogitar de expansões de vulto, deverá paulatinamente ter o seu material substituído, trabalho que se encontra em andamento, com prioridade nas áreas mais sensíveis.

h) — Transmissão

— A CEA ingressará no próximo ano de 1972 nas primeiras construções de linha de transmissão para eletrificação rural.

— Encontram-se em estudo os projetos para as linhas de transmissão Macapá-Fazendinha (12 Kms) e Macapá-Porto de Santana (Vila Maia — 13 Kms).

i) — Tarifas

— As tarifas de energia elétrica não vem acompanhando os custos operacionais, sempre e cada vez mais onerados pelos sucessivos aumentos do preço dos óleos combustíveis e lubrificantes com diminuição das alíquotas de isenção do imposto sobre combustíveis, aumentos do consumo com o acréscimo da capacidade instalada e também dos aumentos salariais que se processam anualmente. Entretanto, não há paralelamente ao aumento das despesas fixas, o aumento da receita proveniente da venda de energia, com o mercado de consumidores praticamente saturado. As tarifas estiveram congeladas de 1966 a 1969; em 25 de maio de 1969 entrou em vigor a portaria n. 65, concedendo um aumento de 20% até 1º de julho de 1970, quando entrou em vigor a Portaria n. 124, de 19-07-70, com vigência a terminar em 30 de junho de 1971. Entretanto, por motivos supervenientes, independentes da atuação da Diretoria, vigorou essa tarifa até 31 de dezembro de 1971. Concluiu-se, portanto, que as tarifas não vêm sendo aumentadas e sim, apenas, atualizadas com um congelamento de três anos, de 1966 a 1969. Pelas providências já tomadas pelo DNAEE, enviando à Macapá dois técnicos em tarifas, para levantamento dos fatores que irão determinar as novas tarifas a partir de 1º de janeiro vindouro esperamos obter melhores resultados na arrecadação de energia vendida, embora o número de consumidores das diferentes categorias não atinja 10% da população de Macapá. A média mensal de cortes de luz é da ordem de 400 consumidores em atraso de até quatro meses e as reigações não atingem a 40% desses cortes.

j) — Projetos, Construções e Aquisição de Material.

1. Projetos:

— Para construção em 1972, das linhas de transmissão Macapá-Fazendinha (12 Kms) e Macapá-Porto de Santana (18 Kms);

— projeto para construção em 1972 de um prédio para a montagem de um laboratório de análises de óleo;

2. Construções (1971):

— da base para as unidades da usina GM;

— da sub-estação para a entrada da usina GM na rede de distribuição;

— de um prédio de dois andares no centro da cidade, onde foi instalado um posto de Cobrança, um apartamento residência de Diretores e um apartamento para visitantes;

— de um prédio almoxarifado, vestiário, instalações sanitárias e escritório de controle do óleo combustível, na área da «Usina Presidente Costa e Silva»;

— de seis casas residenciais para empregados;

— muros de alvenaria de tijolos e calçadas com meio fio em torno do quarteirão onde se localiza a sede da Companhia (478 metros de muros e 374 metros de calçadas e meio fio);

— de muros de mourões de concreto, alvenaria e arame farpado (250 metros), mourões de concreto e arame farpado (384 metros) e cerca de madeira de lei (225 metros), conjunto construído na delimitação de toda a área onde se encontra instalada a «Usina Presidente Costa e Silva».

3. Aquisição de material:

— 2 viaturas especializadas para trabalhos de manutenção e reparos na rede de distribuição;

— todo o material necessário à instalação de um laboratório de análises de óleos;

— implantação de novo sistema mecanizado na Contabilidade, com a aquisição de equipamento eletrônico (400-NCR);

— importação de todas as peças necessárias à completa revisão dos três motores MWM e dos dois Fairbanks Morse;

— compra de 400 postes de concreto (CAVAN), 16 transformadores de diferentes potências (45 kVA, 75 kVA e 112,5 kVA) e mais um de 3.500 kVA destinado aos 2 motores F. Morse, para operar na tensão de 13.200 volts e ligação em paralelo com as unidades GM;

— todo o material necessário à manutenção, recuperação e expansão da rede de distribuição, totalizando cerca de Cr\$ 1.500.000,00.

k) — Assistência Social

— Este aspecto bastante importante na administração de uma Empresa, ainda não teve no corrente exercício o desenvolvimento que seria desejado. Por falta de recursos adequados, por um lado, e por ser uma Companhia de organização modesta, de outro, constituído o seu quadro de apenas 75 empregados, ainda não comporta investimentos de vulto para atendimentos de reduzido número de assistidos. Existe, entretanto, à guisa de assistência social aos empregados, o seguinte:

— um seguro de vida em grupo;

— um médico contratado especialmente para atendimento aos empregados;

— transporte para o trabalho por conta da Companhia;

— convênio com o Hospital S. Camilo para atendimento gratuito de até trinta empregados por mês;

— construção de seis casas recentemente entregues aos empregados que exercem funções técnicas especializadas;

— além dos exigidos por Lei, atendimento pelo INPS (recolhimentos em dia) e seguro de acidentes do trabalho.

3. Notas Explicativas da Diretoria sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 1971.

— Assessorados pelos nossos auditores externos Boucinhas, Campos, Coopers & Lybrand, Ltda, damos a seguir as «Notas Explicativas» sobre as «Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 1971»:

Nota 1 — Imobilizado:

O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, inclusive despesas de pré-operação, mais o valor das correções monetárias efetuadas de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação em vigor.

As quotas de depreciação apropriadas durante o exercício de 1971 como despesas de operação, foram calculadas sobre o valor histórico dos bens do ativo imobilizado, pela aplicação, basicamente, das taxas constantes da «Tabela Geral de Depreciações» anexa à Portaria n.º 768 de 11 de novembro de 1968 do Ministro das Minas e Energia.

As quotas de depreciação vinculadas ao ativo imobilizado que está sendo utilizado no canteiro da obra da usina hidrelétrica Coaracy Nunes foram calculadas pela aplicação da taxa de 10% sobre o valor histórico dos bens.

Em 31 de dezembro de 1971 existiam 13 grupos geradores, no valor de Cr\$ 192.000 aproximadamente, entregues a Prefeituras do interior do Território Federal do Amapá para que as mesmas possam explorar e operar a distribuição de energia elétrica em suas localidades.

Nota 2 — Contas a Receber:

O montante de Cr\$ 681.340 inclui importâncias a receber relativas a exercícios anteriores no total de Cr\$ 400.970, dos quais Cr\$ 352.499 são referentes a entidades públicas e Cr\$ 48.471 a consumidores particulares.

Baseada nos esforços que vêm sendo desenvolvidos pela administração junto aos usuários em atraso no sentido de serem os débitos liquidados e em determinadas providências e entendimentos em fase de execução com perspectivas favoráveis, a Companhia considera que as prováveis perdas decorrentes da não realização dos débitos em atraso não alcancem valores substanciais e, conseqüentemente, não justificam a constituição de uma reserva para devedores duvidosos.

Nota 3 — Almoxarifado:

| | Cr\$- |
|--|-------------------|
| Materiais em estoque, a custo médio de aquisição | 1.121.343 |
| Material importado | 15.781.995 |
| Outros | 824.123 |
| | <u>17.727.461</u> |

O material importado refere-se a equipamentos eletromecânicos adquiridos da Marubeni Iida Co. Ltd., Japão, destinados à usina hidrelétrica Coaracy Nunes, cujas obras civis estão em andamento. O total da importação corresponde a US\$ 3.170.972, incluindo juros de US\$ 651.937. Dos juros, US\$ 172.544 estão a vencer e são equivalentes a Cr\$ 972.885, convertidos à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 1971. Do total da importação restam a pagar US\$ 1.150.284 que são equivalentes a Cr\$ 6.481.850, convertidos a mesma taxa de câmbio. Como resultado, foi apropriada ao custo do material importado uma diferença de câmbio relativa ao exercício de 1971 no valor de Cr\$ 1.162.219 correspondente ao ajuste do saldo devido pela importação e dos juros a vencer.

O total devido à Marubeni Iida Co. Ltd., Japão, no valor de Cr\$ 7.454.135, está demonstrado no passivo exigível, sendo Cr\$ 2.009.373 a curto prazo e Cr\$ 5.444.762 a longo prazo.

Os pagamentos das parcelas vencidas estão sendo efetuados pelo Tesouro Nacional, devido ao aval governamental recebido pela sociedade, e refletidos no balanço geral pelo valor de Cr\$ 8.327.859 no passivo exigível a longo prazo

Nota 4 — Obras e Serviços em andamento:

Compreende o custo da construção civil e das instalações da usina hidrelétrica Coaracy Nunes e inclui:

a) Cr\$ 6.268.229 correspondentes aos juros decorrentes do investimento em obras, para remuneração do capital próprio, calculados à razão de 10%, de acordo com o parágrafo 2.º do artigo 159 do Decreto 41.019 de 27 de fevereiro de 1957, dos quais Cr\$ 951.354 foram calculados e apropriados em 1971.

b) Cr\$ 2.365.908 correspondente a juros creditados à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS — Fundo Federal de Eletrificação (Cr\$ 1.090.330 em 1971).

c) Cr\$ 7.245.398 correspondentes a juros e comissões calculados sobre empréstimos obtidos e serviços de construção civil aplicados na construção da Usina hidrelétrica Coaracy Nunes, creditados a:

| | Cr\$ |
|--|------------------|
| Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — Eletrobrás (Cr\$ 945.423 em 1971) | 1.707.582 |
| Banco da Amazônia S.A. (Cr\$ 1.953.397 em 1971) | 2.586.554 |
| Escritório de Construção e Engenharia ECEL — S.A. (Cr\$ 309.519 em 1971) | 2.949.668 |
| Outros (Cr\$ 1.537 em 1971) | 1.594 |
| | <u>7.245.398</u> |

d) Cr\$ 2.414.949 provenientes do prejuízo apurado na baixa por alienação de bens e equipamentos inservíveis, que foram utilizados nos trabalhos de construção da hidrelétrica.

Nota 5 — Débitos em suspensão:

Inclui o custo da usina diesel-elétrica GM adquirida da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — Copel, como segue:

| | Cr\$— |
|---|------------------|
| Custo da usina, equipamentos complementares e peças sobressaltantes (US\$ 643.962,97) | 3.404.338 |
| Despesas com a instalação da usina, construção de bases e sub-estação transformadora | 649.948 |
| Diferença de câmbio incorrida entre a data da assinatura do contrato de compra e 31 de dezembro de 1971 | 679.999 |
| Juros e comissões sobre o empréstimo recebido da Eletrobrás para a aquisição da usina | 237.538 |
| | <u>4.971.823</u> |

Nota 6 — Capital

Na Assembléia Geral Extraordinária de 1º de outubro de 1971 os acionistas aprovaram o aumento de capital de Cr\$ 55.453.400 para Cr\$ 80.000.000, da seguinte forma:

| | Cr\$. |
|---|-------------------|
| Capitalização de recursos provenientes das quotas do imposto único sobre energia elétrica atribuídas ao Governo do Território Federal do Amapá e a Prefeitura Municipal de Macapá | 1.886.778 |
| Capitalização de recursos provenientes de «royalties» de exportação de manganês, recebidos pelo Governo do Território Federal do Amapá | 8.520.518 |
| Capitalização de empréstimos e demais encargos devidos ao Banco da Amazônia S.A. | 6.000.000 |
| Capitalização de recursos provenientes de incentivos fiscais depositados no Banco da Amazônia S.A. | 8.139.304 |
| | <u>24.546.600</u> |

Na Assembléia Geral Extraordinária de 17 de dezembro de 1971 os acionistas aprovaram o aumento de capital de Cr\$ 80.000.000 para Cr\$ 100.000.000, da seguinte forma:

| | Cr\$. |
|---|-------------------|
| Capitalização de recursos provenientes de «royalties» de exportação de manganês recebidos pelo Governo do Território Federal do Amapá | 3.518.423 |
| Capitalização de recursos provenientes de incentivos fiscais depositados no Banco da Amazônia S.A. | 16.481.577 |
| | <u>20.000.000</u> |

Em 31 de dezembro de 1971 o capital da Companhia estava representado por 100.000.000 ações de valor nominal de Cr\$ 1,00 cada uma, sendo 56.441.085 ações ordinárias, 6.000.000 ações preferenciais nominativas classe A, 37.544.977 ações preferenciais nominativas classe B e 13.938 ações preferenciais ao portador classe A.

As ações preferenciais não tem direito a voto, tendo as seguintes preferências:

Classe A:

a) prioridade na distribuição de dividendos, respeitado o limite mínimo de 13%, não cumulativo, depois de cuja dedução serão pagos os dividendos às ações ordinárias.

b) preferência nos casos de resgate, reembolso ou amortização previstos em lei e na forma de deliberação da Assembléia Geral.

Classe B:

Dividendo mínimo de 6% ao ano, não cumulativo.

As ações preferenciais da classe B são provenientes de incentivos fiscais, sendo intransferíveis e irresgatáveis pelo prazo de cinco anos a partir da data de subscrição.

Nota 7 — Reserva para reversão:

De acordo com a determinação do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, a Companhia vem constituindo uma reserva resultante de recursos tarifários, determinando-a percentualmente através de portarias do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Os recursos provenientes dessa reserva destinam-se à aplicação em obras e instalações destinadas a expansão dos serviços a cargo da empresa.

Nota 8 — Diversas Dívidas a Longo Prazo

| | Cr\$ |
|--|-------------------|
| Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — Eletrobrás | |
| Principal | 5.071.827 |
| Juros | 1.710.511 |
| Correção monetária | 6.563.135 |
| | <u>13.345.523</u> |
| Marubeni Iida. Co. Ltd. | 5.444.732 |
| Tesouro Nacional | 8.327.859 |
| Companhia Paranaense de Energia Elétrica — Copel | 3.216.609 |
| | <u>30.334.753</u> |

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — Eletrobrás:

O saldo de Cr\$ 13.345.523 refere-se a obrigações relativas a recursos fornecidos pelo Ministério das Minas e Energia a partir de 1966 para aplicação em bens e instalações, de acordo com os convênios e disposições dos artigos 118 e 124 do Decreto-Lei nº 57.617 de 7 de maio de 1966. A aplicação dos recursos é realizada sob a forma de financiamentos à Companhia, a serem resgatados em favor da Eletrobrás no prazo de 20 anos. A amortização dos financiamentos será efetuada em prestações trimestrais, vencíveis após o prazo de carência máxima de 7 anos. Durante o período de carência do financiamento são devidos juros simples de 6% ao ano que devem ser incorporados ao principal dos empréstimos. Findo o prazo de carência os juros elevar-se-ão a 8% ao ano até a total liquidação do financiamento, pagáveis trimestralmente nas datas de liquidação do principal.

Companhia Paranaense de Energia Elétrica — Copel:

| | US\$ | Cr\$ |
|-------------|-------------------|------------------|
| Curto prazo | | |
| Principal | 20.266,34 | 114.201 |
| Juros | 21.456,99 | 120.910 |
| | <u>41.723,33</u> | <u>235.111</u> |
| Longo Prazo | | |
| Principal | 374.927,31 | 2.112.715 |
| Juros | 195.899,50 | 1.103.894 |
| | <u>570.826,81</u> | <u>3.216.609</u> |

Valor remanescente do contrato celebrado em 25 de novembro de 1970, com a interveniência financeira da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — Eletrobrás, para a aquisição de uma usina diesel-elétrica, nos mesmos termos do contrato de financiamento 512-L-041 concedido pela USAID à COPEL. Rende juros de 5,5% ao ano («pro rate tempore») a serem pagos em 39 prestações semestrais, em conjunto com as parcelas do principal, sendo o vencimento da última parcela em 22 de abril de 1991. O saldo da dívida registrado pelo equivalente à taxa de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 1971 (Cr\$ 5,635 = US\$ 1).

Nota 9 — Créditos em Suspensão:

| | |
|---|--------------------|
| Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM | Cr\$. 4.100.000 |
| Quotas do imposto único sobre energia elétrica — Governo do Território Federal do Amapá | 853.536 |
| Escritório de Construções e Engenharia ECEL S.A. | 1.856.865 |
| Outros | 13.263 |
| | <u>8.823.664</u> |

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM:

Refere-se a verbas orçamentárias para futuro aumento do capital destinadas ao prosseguimento das obras da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes, nos termos do artigo 4º da Lei 2.740 de 2 de março de 1956.

Quotas do imposto único sobre energia elétrica:

Valores atribuídos ao beneficiário, Governo do Território Federal do Amapá, a serem convertidos em ações em futuro aumento de capital.

Escritório de Construções e Engenharia ECEL S. A.:

Refere-se à retenção equivalente a 5% sobre o valor das medições das obras civis da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes, a título de garantia contratual.

Nota 10 — Auxílio para construções:

Representam contribuições, doações e valores recebidos através de convênios para financiamento de instalações de equipamentos e de redes de distribuição de energia elétrica em locais ou áreas não incluídas nos projetos normais da Companhia.

Em 19 de março e 17 de junho de 1971 foram assinados convênios com o Governo do Território Federal do Amapá, nos valores de Cr\$ 50.000 e Cr\$ 200.000 respectivamente, para a execução de serviços de construção e ampliação do sistema de distribuição de energia elétrica em determinados logradouros da cidade de Macapá.

Nota 11 — Passivos contingentes:

A Companhia tem um passivo contingente referente a indenizações a serem pagas a empregados quando demitidos sem justa causa. Para fazer face a uma parte desse passivo tem sido constituído um fundo através de depósitos bancários compulsórios (FGTS) a partir de janeiro de 1967, como é requerido por lei.

4. Conclusão

— Pelo que acabamos de relatar, podem concluir os srs. acionistas que o exercício de 1971 foi pleno de trabalho, de esforço e dedicação por parte do que estão incumbidos de dirigir e executar as tarefas de uma concessionária de serviço público. A ação coordenada e uniforme dos dirigentes e empregados de todos os setores resultou na conquista da meta prioritária da Companhia: o atendimento razoável de energia elétrica ao Território Federal do Amapá.

Resumimos essas atividades nos aspectos de destaque que se seguem:

— Pessoal:

— Eleição de um Diretor Administrativo, que embora não venha completar ainda a composição prevista nos Estatutos, normaliza em parte a situação difícil de apenas um Diretor Presidente, com quatro anos na Empresa, sendo dois e meio na Presidência.

— Admissão de um Engenheiro Eletricista para o cargo de Chefe de Operações, embora recém-formado, mas que supre com seu entusiasmo e competência profissional a experiência que só o tempo lhe dará.

— Admissão, por contrato de tempo determinado, de um técnico, ex-funcionário da COPEL (Paraná), para dirigir e preparar as equipes de operação das unidades GM.

— Geração:

— Revisão dos cinco motores MWM e F. Morse, com todo o material já adquirido para a aplicação.

— Operação e entrada na rede de distribuição dos motores GM, com a qualificação da tensão em 13.200 volts e a construção de uma sub-estação pelos próprios empregados especializados da Companhia.

— Rede de distribuição:

— Construção de mais três troncos de alta tensão e substituição de postes de madeira por postes de concreto, de cabos condutores, transformadores, isoladores, etc., nas áreas mais sacrificadas pelos constantes panes e defeitos mais correntes devidos ao precário e antiquíssimo material. A rede está correspondendo plenamente ao que dela é exigido pelos modernos motores da usina GM (diesel).

— Construção de seis casas para empregados lotados na Diretoria Técnica, as primeiras destinadas aos servidores da Empresa, mais um prédio de dois andares, reunindo Posto de Cobrança, residência de Diretor e um apartamento para visitantes. Todo o quarteirão ocupado pela sede da Companhia, bem como a área onde se encontra a Usina com os seus sete motores diesel, estão murados e com

calçadas no seu contorno. Construiu-se também um pequeno prédio junto à Usina, destinado a almoxarifado, vestiário e sanitário para uso dos operadores e escritório de controle e escrituração dos recebimentos dos óleos combustível e lubrificante. Este prédio terá uma extensão, com projeto já aprovado, para a instalação de um laboratório de análises de óleos, com todo o material já adquiridos, e cujos exames vêm sendo feitos por intermédio da Texaco, em S. Paulo. Entrará em funcionamento no próximo ano.

— Modernização da Contabilidade com a implantação de equipamento processador de dados NCR 400-720-80-20A-4, que permitirá mais rapidez e eficiência do serviço contábil, incluindo a preparação de balancetes, folhas de pagamento, faturamento das contas de energia, etc, trabalhos, alguns deles, que vinham sendo executados com a morosidade e ineficiência próprios do sistema manual. O novo sistema de mecanização do serviço contábil já está operando parcialmente e na dependência das programações necessárias à plenitude do seu rendimento.

— Esta, senhores acionistas, é a conclusão do nosso Relatório referente às atividades da Empresa no exercício de 1971, que a Diretoria julga com informações suficientes para sua apreciação e deliberação, colocando-se, entretanto, à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que possam interessar.

5. AGRADECIMENTOS

— Os resultados apreciáveis demonstrados em diversos aspectos deste Relatório, devem ser creditados, em grandes partes ao trabalho eficiente e dedicação dos seus empregados. A eles o reconhecimento e os agradecimentos da Diretoria.

— Por outro lado, não seria justo silenciar, cabendo-nos o honroso reconhecimento pela substancial colaboração recebida do Governo do Território e as seguintes entidades:

— Sr. Gen. Ivanhoé Gonçalves Martins, Governador do Território Federal do Amapá, a CEA registra um voto especial de agradecimento pelo efetivo e decidido apoio com que vem distinguindo esta Empresa. De elevado espírito público e permanente preocupação de dotar o TFA de infraestrutura capaz de assegurar-lhe êxito na luta pelo desenvolvimento, jamais faltou com o seu estímulo e a sua confiança no cumprimento das tarefas que nos são atribuídas, ora pela natureza do próprio serviço que as solicita, ora pela iniciativa do próprio Governador que as deseja cumpridas para complementar a histórica obra administrativa que vem executando neste Território. O interesse de Sua Excelência pelos problemas e programas da CEA, nos tem incentivado a uma estreita colaboração para realizar o bem comum, meta do seu Governo e parte do êxito administrativo alcançado pela Empresa.

— Aos membros do Conselho Fiscal registramos os nossos veementes agradecimentos pelo desempenho real e perfeito de suas atribuições fiscalizadoras dos atos administrativos e contas da Companhia, sempre o fazendo com alto espírito de compreensiva indagação e eficiente trabalho profissional que muito nos tem ajudado a manter a regularidade do nosso sistema contábil.

— Os agradecimentos e o reconhecimento não poderiam ser esquecidos quando vamos encontrar por parte da Eletrobrás, particularmente por seu Presidente, Dr. Mário Penna Bhering, Diretor Econômico-Financeiro, Professor Pinto de Aguiar e Diretor de Engenharia e Planejamento, Engº Léio Penna, o apoio mais integral, financeiro e técnico, que nos tem permitido resolver os problemas cruciantes de dotar Macapá de energia elétrica, em oneroso sistema termelétrico, enquanto se aguarda o término da hidrelétrica do Paredão. É o nosso guarda-chuva protetor, que vem solucionando, sempre em tempo útil, as dificuldades técnicas e financeiras da Empresa.

— Finalmente, cabe-nos o mais grato reconhecimento, levando-nos ao agradecimento mais sincero, ao DNAEE, na pessoa do seu Diretor Geral, Dr. José Duarte Magalhães, e do Diretor da Divisão Econômica, Dr. Alcino Aguiar. Devemos a esses dois destacados e competentes elementos da alta direção do DNAEE, a colaboração sempre imediata e solícita, na ajuda técnica de fixação das tarifas, na liberação pronta e sempre oportuna das quotas do IUEE e no rápido processamento do expediente da isenção do imposto sobre combustível. Vencem as dificuldades burocráticas com a rapidez que as nossas necessidades exigem e por esse valioso apoio, tornamo-nos agradecidos e reconhecidos ao seu eficaz trabalho em benefício da Empresa.

— A Diretoria embora julgando ter prestado aos Senhores Acionistas as informações suficientes para a apreciação dos documentos submetidos a sua deliberação, colocamos à sua disposição para prestar-lhes quaisquer outros esclarecimentos que necessários se tornarem.

Macapá, 17 de abril de 1972

Cel. José Marcos Bezerra Cavalcanti
Diretor Presidente
Ten. Cel. Luiz Ribeiro de Almeida
Diretor Administrativo

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

C G C (M.F.) nº 05.965.546/001

Balanco Geral do exercício encerrado em 31 de dezembro de 1971

A T I V O

2 — IMOBILIZADO

| | | | |
|--|--------------|---------------|---------------|
| 20 - Bens e Instalações em Serviço | | | |
| 20.1 - Instalações p/ Produção - Motores Hidráulicos | 493.617,57 | | |
| 20.3 - Instalações p/ Produção - Motores Comb. Interna | 1.569.180,13 | | |
| 20.4 - Instalações de Transmissão | 5.095,92 | | |
| 20.5 - Instalações de Distribuição | 550.314,41 | | |
| 20.6 - Instalações de Distribuição - Consumidores | 690.396,42 | | |
| 20.7 - Instalações em Geral | 510.856,64 | 3.819.461,09 | |
| 29 - Correção Monetária do Ativo Imobilizado | | 23.312.947,36 | 27.132.408,45 |

4 — DISPONÍVEL

| | | | |
|---|--------------|--------------|---------------|
| 40 - Caixa | | | |
| 40.0 - Caixa CEA Macapá | 2.265.316,81 | | |
| 40.1 - Caixa da Superintendência das Obras do Paredão | 5.000,00 | 2.270.316,81 | |
| 41 - Bancos | | | |
| - Contas de movimento CEA | 2.976.939,10 | | |
| - Contas de movimento Superint. Obras Paredão | 4.846.064,16 | 7.823.003,26 | |
| 42 - Disponível Vinculado — F.G.T.S. — Não Optantes | | 108.029,67 | 10.201.349,74 |

6 — REALIZÁVEL

CURTO PRAZO

| | | | |
|---|------------|--------------|--------------|
| 60 - Contas a Receber | | | |
| 60.0 - Exercícios Anteriores | 400.970,30 | | |
| 60.1 - Exercício Corrente | 280.370,38 | 681.340,68 | |
| 61 - Obrigações e Empréstimos a Receber | | 10.742,77 | |
| 62 - Devedores Diversos | | 172.483,37 | |
| 63 - Ordens e Cheques a Receber | | 6.099.449,82 | 6.964.016,64 |

LONGO PRAZO

| | | | |
|--|---------------|---------------|---------------|
| 65 - Almoxarifado | | | |
| 65.0 - Material em Depósito | | | |
| - Equipamento Eletromecânico — | 15.781.995,32 | | |
| - Cimento da Sup. Obras Paredão — | 491.424,43 | | |
| - Mater. Diversos c/ Inventário — | 1.143.156,50 | 17.416.576,25 | |
| 65.1 - Material em Trânsito — Importado | 310.885,27 | 17.727.461,52 | |
| 66 - Capital a Realizar | | | |
| 66.0 - Ações Ordinárias | 2.423.837,65 | | |
| 66.1 - Ações Preferenciais Nominativas, tipo «B» | 24.620.881,00 | 27.044.718,65 | 44.772.180,17 |
| | | | 51.736.196,81 |

5 — PENDENTE

| | | | |
|---|---------------|----------------|----------------|
| 50 - Débitos em Suspensão | | | |
| 50.0 - Suspensão | 4.736.529,74 | | |
| 50.3 - Outros Débitos Diferidos | 237.538,28 | 4.974.068,02 | |
| 52 - Obras e Serviços em Andamento | | | |
| 52.0 - Obras em Andamento | 70.888.218,83 | | |
| 52.9 - Correção Monetária de Obras em Andamento | 65.037.982,26 | 135.926.201,09 | 140.900.269,11 |
| | | | 229.970.224,11 |

0 — COMPENSAÇÃO

| | | | |
|---|--|----------------|----------------|
| 02.1 - Ações Cauçionadas pela Diretoria | | | 100,00 |
| 02.2 - Obras e Serviços Contratados | | 136.786.539,76 | |
| 02.3 - Emprést. e Financiamento Contratados | | 5.985.652,09 | |
| 02.4 - Compras Contratadas | | 21.989.953,12 | |
| 02.5 - Insuficiência de Remuneração | | 1.425.038,69 | 166.187.283,66 |
| | | | 396.157.507,77 |

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1971

PASSIVO

1 - INEXIGÍVEL

10 - Capital

| | | | | |
|---|---------------|---------------|----------------|----------------|
| 10.0 - Ações Ordinárias | | 52.922.662,00 | | |
| 10.1 - Ações Preferenciais | | | | |
| - Ações ao Portador | 13.938,00 | | | |
| - Ações Nominativas tipo «A» | 6.000.000,00 | | | |
| - Ações Nominativas tipo «B» | 12.924.096,00 | 18.938.034,00 | | |
| 10.2 - Ações Subscritas | | 28.139.304,00 | 100.000.000,00 | |
| 11 - Reservas | | | | |
| - Reserva p/Depreciação, Reversão ou Amortização | 877.636,20 | | | |
| - Correção Monetária da Depreciação de Imobilizado | 656.648,04 | 1.534.284,24 | | |
| - Outras Reservas: | | | | |
| - Juros de Investimento de Capital em Obras | 6.268.230,21 | | | |
| - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - NOP | 108.029,67 | | | |
| - Reserva de Correção Monetária p/Aumento de Capital | 3.409.243,11 | | | |
| - Reserva de Correção Monetária de Obras em Andamento | 65.037.982,26 | | | |
| - Reserva Legal | 12.274,40 | | | |
| - Reserva p/Futuro Aumento de Capital | 185.779,27 | 75.021.538,92 | 76.555.823,10 | 176.555.823,10 |

3 - EXIGÍVEL

CURTO PRAZO

| | | | | |
|---|---------------|---------------|---------------|--|
| 30 - Contas a Pagar | | | | |
| 30.0 - Geral | 161.422,84 | | | |
| 30.1 - Fornecedores | 216.864,53 | | | |
| 30.2 - Companhias Associadas — Eletrobrás | 12.329.803,73 | 12.708.091,10 | | |
| 31 - Obrigações a Pagar — Promissórias | | 2.009.873,38 | | |
| 37 - Outros Créditos Correntes | | 671.829,28 | 15.380.293,76 | |

LONGO PRAZO

| | | | | |
|--|---------------|---------------|---------------|--|
| 39 - Diversas Dívidas a Longo Prazo | | | | |
| 39.1 - Obrigações | | | | |
| 39.10 - Fundo Federal de Eletrof. — Eletrobrás | 13.345.522,36 | | | |
| 39.11 - Promissórias | 13.772.621,94 | | | |
| 39.12 - Compromissos Con ratuais | 3.216.609,08 | 30.334.753,38 | 45.724.047,14 | |

5 - PENDENTE

| | | | | |
|--------------------------------|--|--------------|--------------|--|
| 51 - Créditos em Suspenso | | 6.823.665,74 | | |
| 53 - Auxílio para Construção | | 818.591,80 | | |
| 55 - Depósitos de Consumidores | | 661,80 | 7.642.919,34 | |

9 - RESULTADO

| | | | | |
|---|--|--|----------------|--|
| 90 - Lucros e Perdas | | | | |
| - Saldo à disposição da Assembléa Geral | | | 47.434,47 | |
| | | | 229.970.224,11 | |

0 - COMPENSAÇÃO

| | | | | |
|---|--|----------------|----------------|--|
| 01.1 - Caução da Diretoria | | 100,00 | | |
| 01.2 - Contrato de Obras e Serviços | | 136.786.539,76 | | |
| 01.3 - Contrato de Empréstimo e Financiamento | | 5.985.652,09 | | |
| 01.4 - Contrato de Compras | | 21.989.953,12 | | |
| 01.5 - Insuficiência de Remuneração | | 1.425.038,69 | 166.187.283,66 | |
| | | | 396.157.507,77 | |

Cel. José Marcos Bezerra Cavalcanti
Diretor Presidente
CPF nº 180484637

Macapá (AP), 28 de março de 1972

Luiz Carlos Araújo Monteiro
Téc. Cont. Reg. CRQ-PA nº 1051
CPF nº 000811832

Luiz Ribeiro de Almeida
Diretor Administrativo
CPF nº 002578932

Companhia de Eletricidade do Amapá -- CEA

Usina Termelétrica «Presidente Costa e Silva», em Macapá

Demonstração da conta de resultado para o período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 1971

| | Cr\$ | |
|---|---------------------|------------------|
| 90.0 - Renda Bruta de Exploração | | |
| 90.00 - Receita de Exploração | | |
| Fornecimento de energia elétrica | 1 640.310,10 | |
| Outras Receitas | 96.150,42 | |
| | <u>1.736.460,52</u> | |
| 90.01 - Despesas de Exploração | 1.460.114,43 | 276.346,09 |
| 90.1 - Deduções à Renda Bruta da Exploração | | |
| 90.11 - Quota de depreciação | 149.476,77 | |
| 90.12 - Quota para amortização | 76.938,30 | 226.415,07 |
| | | <u>49.931,02</u> |
| RENDA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO | | |

Demonstração da Conta «Lucros e Perdas», em 31 de dezembro de 1971

| | |
|--|------------------|
| Renda líquida do exercício | 49.931,02 |
| Dedução à Renda Líquida: | |
| - Reserva Legal | 2.496,55 |
| Saldo à disposição da Assembléia Geral | <u>47.434,47</u> |

Ten. Cel. Luiz Ribeiro de Almeida
Diretor-Administrativo

Macapá (AP), 28 de março de 1972

Luiz Carlos Araújo Monteiro
Téc. Cont. Reg. CRC-PA nº 1051

Cel. José Marcos Bezerra Cavalcanti
Diretor-Presidente

*Boucinhas, Campos, Coopers & Lybrand,
Ltda.*

PARECER DOS AUDITORES

Ilmos. Srs.

Diretores da
Companhia de Eletricidade do Amapá — C.E.A.
Macapá — Amapá

Examinamos o balanço geral da Companhia de Eletricidade do Amapá — C.E.A. levantado em 31 de dezembro de 1971 e a respectiva demonstração da "Conta de Resultado" e da "Conta de Lucros e Perdas" correspondente ao exercício findo naquela data. Nosso exame foi efetuado de acordo com padrões de auditoria geralmente aceitos e, consequentemente, incluiu as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.

Em nossa opinião, o balanço geral e a demonstração da "Conta de Resultado" e da "Conta de Lucros e Perdas" acima referidos, representam satisfatoriamente a posição financeira da Companhia de Eletricidade do Amapá — C.E.A. em 31 de dezembro de 1971 e o resultado de suas operações correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceitos para Companhias de energia elétrica, conforme normas de contabilidade estabelecidas pelo Decreto nº 28.545 de 24 de agosto de 1950, aplicados de maneira consistente em relação ao exercício anterior.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1972

Boucinhas, Campos, Coopers & Lybrand, Ltda.

(a) Nilton Claro

Contador-CRC-GB-nº 19.344

Diretor

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Eletricidade do Amapá, adiante assinados, procederam, de acordo com a Lei, ao exame do Balanço Geral e da Demonstração da Conta de Lucros e Perdas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1971, e constataram que as Contas da Diretoria, consubstanciadas naqueles documentos merecem a aprovação dos acionistas pela Assembléia Geral.

Macapá, 14 de abril de 1972

(a) João de Oliveira Côrtes — Capitão-de-Fragata (AM) Rm. da Marinha de Guerra do Brasil.

(a) Guilherme Nunes Lamarão — Contador do Ministério da Fazenda.

(a) Leverriher Alencar de Oliveira — Bancário.

MI — GTFA
SAG — Seção do Material

Aprovo
 Publique-se

Ivanhoé Gonçalves Martins
 Governador

LICITAÇÃO PÚBLICA

De ordem do Exm^o Sr. Governador do Território Federal do Amapá, aviso aos fornecedores interessados nas praças de Macapá e de Belém, que acha-se aberta a licitação de Tomada de preços n^o 008/1972-SCC., para cotação de preços dos seguinte material:

a) 1 trator de esteiras tipo D-4 de transmissão direta com motor 'diessel' de potência máxima de 1.680RPM a 65HP no volante-partida elétrica direta de 24 volts-armação de esteira com 5 roletes-esteira com 36 secções com sapatas de 460mm (16"), provido de protetor de cartes, protetor dos roletes, protetor do radiador, jogo de ferramentas, gancho dianteiro, sistema de iluminação com 4 faróis e equipado com: 1 barra de tração oscilante; controle hidráulico 143 de 2 válvulas e tubulação trazeira; ajustador hidráulico de esteiras; sistema hidráulico com levantamento em 3 pontos com 2 cilindros hidráulicos de 5 x 12", válvulas de dupla ação e respectivas mangueiras; barra porta-ferramentas de 4,5 x 7,5 x 12"; 2 sub-soladores retos com pontas reversíveis de 1-1/4 x 10"; 2 pontas com azas de 1-1/4 x 10"; 2 pares de azas sulcadoras, grade-arado ROME tipo «off-set» com 28 discos de 24 x 1/4" com mancais de atrito; armação «C» (bulldozer 4") com tirantes, munhões e cilindros com lâminas e ancinho FLECO modelo MA-4.

b) 1 Trator de rodas «Massey-Ferguson» MF-65 — eixo alto com rodado dianteiro 750 x 16 e trazeiro 15 x 30.

c) 1 Espalhador de esterco MF-712 para tração por trator «Massey-Ferguson» com capacidade de 2,5m³.

d) 1 Grade de 24 discos MD-23.

e) 1 Arado de 3 discos MF-64.

f) 1 Arado de 4 discos MF-64.

g) 1 Perfurador de solos tipo MF-1 com broca de 24".

h) 1 Perfurador de solos tipo MF-1 com broca de 12".

i) 1 Equipamento retroescavadeira MF-252 para acoplamento em trator MF-65.R.

j) 1 Carritela agrícola basculante hidráulica c/ capacidade para 2,6m³ — tipo PONTAL «Anhembí» com 2 rodas providas de pneus 756x16 de 6 lonas.

1) 1 Picadeira colhedeira de forragem tracionável por trator MF-50 de capacidade para até 10 toneladas/hora.

m) 1 Plantadeira MF-37.

n) 1 Semeadeira MD-732.

o) 1 Motoniveladora modelo 12-E, provida de motor «diessel» a 4 tempos de 115HP a 1800RPM, reforçador hidráulico — cabine c/parabrise e limpador c/6 pneus 1300 x 24 de 8 lonas.

p) Motoscraoper «Leterneau-Westinghouse-Tourna-Pull» — modelo 111-A com motor GM de 160HP a 2100 RPM — capacidade de 12 jardas cúbicas ou 9,00 metros cúbicos, aproximadamente.

As quantidades a adquirir poderão ser alteradas pelo Governo do GTFA., de acordo com os recursos disponíveis.

A abertura das propostas terá lugar no dia 3 de maio de 1972, às 10,00 horas, na Sala de Reunião do Palácio do Setentrião, perante a Comissão Permanente de Licitação/GTFA.

Os esclarecimentos complementares serão prestados na Seção de Material do SAG, em Macapá e na Representação/GTFA em Belém.

Macapá-TFA, em 23 de março de 1972.

Francisco Medeiros de Araújo
 p/ Sr. Presidente da CPL

Francisco Medeiros de Araújo
 Chefe da Seção do Material

Divisão de Terras e Colonização

Seção de Terras

EDITAIS:

— De ordem do Senhor Diretor da Divisão de Terras e Colonização, torno público que, Manoel Pedro Duarte, brasileiro, casado, funcionário aposentado, residente e domiciliado nesta cidade de Macapá, requereu nos termos do Artigo 133 e seus §§ e § Único do Artigo 203, do Decreto-Lei n^o 9.760 de 5 de setembro de 1946, Licença de Ocupação de uma área de terras devolutas, situada na Ilha do Miri, município de Macapá, abrangendo uma área de 03.ha. 50a. 00ca., ressalvados os terrenos de marinha porventura existentes, distando da faixa de fronteira mais de 160 quilômetros, que o requerente pretende para desenvolver as atividades de agricultura. De acordo com a planta de demarcação existente na DTC, as terras pleiteadas tem as seguintes indicações e limites:— Faz frente para a linha «B»; limitando-se pelo lado direito com terras devolutas, pelo lado esquerdo com o lote n^o 56 e pelos fundos com o lago, medindo 170 metros de frente por 350 ditos de fundos. E para que se não alegue ignorância será este publicado pela Imprensa Oficial e afixado pelo prazo de trinta (30) dias à porta do edifício desta Repartição.

Macapá, 11/04/72

Leandro Marcelino Bezerra
 Chefe da S.T.

— De ordem do Senhor Diretor da Divisão de Terras e Colonização, torno público que, Leônidas Ferreira Leão, brasileiro, solteiro, agricultor, residente e domiciliado nesta Capital, requereu nos termos do Artigo 133 e seus §§ e § Único do Artigo 203, do Decreto-Lei n.º 9.760 de 5 de setembro de 1946. Licença de Ocupação de uma área de terras da União, situada na zona média do Rio Matapi, Município de Macapá, abrangendo uma área de 600 hectares, ressalvados os terrenos de marinha porventura existentes, distando da linha divisória do Território Nacional mais de 160 quilômetros, que o requerente pretende para os trabalhos de agricultura. De acordo com a vistoria procedida pela DTC, a área tem as seguintes indicações e limites:- Faz frente para a margem direita do Rio Matapi; limitando-se pelo lado direito com o Rio Maruanum; pelo lado esquerdo com o Poço da Margarida e pelos fundos com terras devolutas, medindo 3.000 metros de frente por 2.000 ditos de fundos. E para que se não alegue ignorância será este publicado pela Imprensa Oficial e afixado pelo prazo de trinta (30) dias a porta do edifício desta Repartição.

Macapá, 1/04/72

Leandro Marcelino Bezerra
 Chefe da S.T.

Governo do Território Federal do Amapá
Comissão Permanente de Licitações
 SAG. — Seção do Material — Setor de Compras e Concorrências.

Aprovo
 Publique-se

Ivanhoé Gonçalves Martins
 Governador

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Para conhecimento e efeitos legais publica-se o resultado abaixo correspondente a Tomada de Preços nº 006/72-SGC., cuja apuração teve lugar no dia 03.04.1972, conforme ATA nº 57 da Comissão Permanente de Licitação.

| ITEM | ARTIGO | LICITANTE | PREÇO | PRAZO ENTREGA |
|------|---|------------------|--------|---------------|
| 01. | Poltrona escolar individual em madeira polida c/prancheta lateral direita e porta livros sob o acento. | Costa Sales Ltda | 62,95 | 90 dias |
| 02. | Carteira escolar dupla em fórmica e estrutura de ferro c/porta-livros. | IMDASA | 50,00 | Não ind. |
| 03. | Poltrona escolar individual anatômica em fórmica e estrutura de ferro c/prancheta lateral direita e porta-livros. | IMDASA | 95,00 | Não ind. |
| 04. | Conjunto escolar composto de mesa e cadeira anatômica em estrutura de aço e madeira formicada ao preço de: | IMDASA | 160,00 | Não ind. |

Macapá-AP., 13 de abril de 1972

Luiz de Gonzaga Vale
 Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Confere:
 Francisco Medeiros de Araújo
 — Chefe da Seção do Material —

Divisão de Produção

Visto
 Abemor Coutinho
 Diretor da D.P.

BOLETIM DE MEDIÇÃO Nº 01/72-D.P.

SERVIÇO — Plantios de capim e outras forrageiras
 CONTRATO — Nº 04/71-D.P.
 EMPREITEIRA — Empresa Tupi Limitada — Macapá

| Item | SERVIÇO REALIZADO | Unidade | Quantid. | Preço Unitário | Preço Total |
|------|--|---------|----------|----------------|-------------|
| 01 | Plantios de capim «Brachiária», «Pangola», «Elefante», e «Cana-de-Açúcar», para formação de forrageiras artificiais destinadas ao plantel bovino, em Fazendainha | hectare | 30 | 100,00 | 3.000,00 |

— Importa o presente Boletim de Medição, na quantia de Cr\$ 3.000,00 (Três mil cruzeiros).

Divisão de Produção, em Macapá, 07 de abril de 1972.

Vandim Alves Rodrigues
 Engº Agrônomo
 Coordenador dos Plantios de Forrageiras

Luiz Alberto Lavôr Benigno
 Engº Agrônomo
 Chefe da S.F.P.V.